

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



**Ata da 2ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB – SANASA Campinas (ETA 02) – 30/06/10 - 14h30min**

Câmara Técnica de Planejamento	
Membros da CT-PL (com direito a voto)	
Sigla da Entidade	Representante
4ª Cia de Polícia Ambiental	Fábio da Nóbrega
ABCON	Ênio Campana
ASSEMAE	Hugo Piffer
ASSEMAE	Paulo Tinel
CETESB	Eneida M. M. Zanella
CIESP Jundiaí	Roberto Polga
Consórcio PCJ	Alexandre Vilella
Consórcio PCJ	Dalto Brochi
COOPERVAP	Eduardo Paschoalotti
Elo Ambiental	Cláudia Grabher
P.M. de Americana	Rumoaldo José Kokol
P.M. de Campinas	Maria Fernanda Chiochetti
P.M. de Campo Limpo Pta	Neive Noguero
P.M. de Holambra	Petrus B. Weel
P.M. de Hortolândia	Rubem Carvalho
P.M. de Limeira	André Pelegrini
P.M. de Piracaia	Ana Lúcia Watanabe
P.M. de Rio Claro	Geraldo Gonçalves Pereira
SAA	Vicente Cancellero Filho
SAA	Emílio Sakai
SABESP	José Roberto Fumach
Secretaria da Saúde	Luiz Alberto B. Carneiro
SEE	Luiz Roberto Moretti
SMA	Rita de Cássia Lorenzi
SMA	André L. S. Navarro
SORIDEMA	Harold Fowler
SR Piracicaba	Gustavo Bortoletto
VIVERE	João Roberto Miranda
Membros Convidados da CT-PL	
Entidade	Nome
Coord da CT- ID	João Roberto Miranda
Coord da CT-EA	Maria Fernanda Chiochetti
Coord da CT-Indústria	Roberto Polga
Coord da CT-PB	Harold Fowler
Coord da CT-SAM	Audir Cominetti
Coord-adjunto da CT-PB	Jorge Rocco
Coord-adjunto da CT-Rural	Vicente Cancellero
Coord-adjunto da CT-SA	Célia M. Campos Moraes
Demais convidados	
Entidade	Nome
AESABESP	Ester Guimarães
Agência PCJ	Vanessa Bortolazzo
CETESB	Eduardo Mazzolenis
CIESP-Campinas	Stefan Rohr
CODEN	Ricardo Ongaro
Coord Técnica Agência PCJ	Daniela Neves
FAESP	Wilson A. Bonança
FAESP	Wilson Bonança
Fundação Agência PCJ	Sérgio Razera
P.M. de Itupeva	Renata Verardo
P.M. de Piracaia	Hélio F. Peçanha Varela
P.M. de Santa Gertrudes	Heitor Vitalli
SABESP	Oswaldo Vieira
SABESP	Mariza Prota
SANASA	Vladimir José Pastore
Justificativas de ausência (CT-PL)	
Entidade	Nome
CENA/USP	Plínio Barbosa de Camargo
CIESP-Piracicaba	Homero Scarso
Elo Ambiental	Cláudia Grabher
IGAM	Luiza de Marillac M. Camargo
Secretaria da Fazenda	Geraldo Roberto Bócoli
Secretaria dos Transportes	Marcelo Pucci Bandeira
Secretaria dos Transportes	Augusto Olavo Leite

Câmara Técnica do Plano de Bacias	
Membros da CT-PB (com direito a voto)	
Sigla da Entidade	Representante
ABCON	Ênio Campana
ASSEMAE	Myrian Nolandi
ASSEMAE	Paulo Tinel
CETESB	Rita de Cássia Lorenzi
CETESB	Eneida Zanella
CIESP	Jorge L. S. Rocco
CODEN	Ricardo Ongaro
Consórcio PCJ	Alexandre Vilella
Consórcio PCJ	Dalto Brochi
DAAE Rio Claro	Wyilly Bóbbo
DAE Jundiaí	João Viveiros
Fundação Agência PCJ	Adriana Isenburg
P.M. de Americana	Rumoaldo José Kokol
P.M. de Americana	Cícero Aparecido M. de Jesus
P.M. de Campinas	Marilis Tognoli
P.M. de Campinas	Sylvia Teixeira
P.M. de Itupeva	Andressa Boldrin
P.M. de Limeira	André Pelegrini
P.M. de Santa Gertrudes	Karina Roberta Gobi
SAA/APTA	Gabriel Constantino Blain
SABESP	Carlos Alberto Miranda da Silva
SANASA	Paulo Tinel
SANASA	Myrian Nolandi Costa
SORIDEMA	Harold Fowler
SR de Campinas	Antônio Egídio Crestana
Membros Convidados da CT-PB	
Entidade	Nome
Agência PCJ	Eduardo Léo
Agência PCJ	Elaine de Campos
Agência PCJ	Vanessa Bortolazzo
Coord Técnica Agência PCJ	Daniela Neves
SABESP	Oswaldo Vieira
Justificativas de ausência (CT-PB)	
Entidade	Nome
CIESP	Henrique Gianezi
P.M. de Sta Gertrudes	José Augusto Seydell
UNESP/CEA	Sâmia M. Tauk Tornisielo
ÚNICA	André Elia

- 1. Abertura:** A reunião foi aberta pelos coordenadores presentes que cumprimentaram e agradeceram à SANASA pela cessão do espaço. Informaram que a convocação fora enviada por e-mail e que a minuta da
- 5 Ata estava sendo distribuída aos membros. Destacaram que a pauta tem somente um item, que trata da apreciação da Minuta de Relatório Final (R7) do Plano das Bacias PCJ 2008 a 2020 com encaminhamento de solicitações de complementações para elaboração dos
- 10 Relatórios Finais (R8 e R9). A palavra foi passada ao Sr. Francisco Lahóz (Agência PCJ) que solicitou a inclusão na pauta de item relativo ao Orçamento para a Entidade Equiparada para a Bacia Piracicaba-Jaguari (CBH-PJ), que foi aprovado por unanimidade. O Sr. Luiz Moretti
- 15 (Secretário Executivo) submeteu a minuta da Ata da 1ª Reunião Extraordinária Conjunta CT-PL e CT-PB à apreciação dos membros. A mesma foi aprovada por unanimidade com a inclusão da presença do Sr. Petrus Weel e da Sra. Eneida Zanella. **2. Orçamento PJ:** O Sr.
- 20 Francisco apresentou a Proposta Orçamentária Anual para a Entidade Equiparada da Bacia Piracicaba-Jaguari (CBH-PJ) para o ano de 2011, informando que a apresentação dessa proposta neste momento se deve à

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



**Ata da 2ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB – SANASA Campinas (ETA 02) – 30/06/10 - 14h30min**

exigência do Contrato de Gestão IGAM/Consórcio PCJ de que a mesma seja aprovada até a data de 15 de julho de 2010. A proposta, que segue anexa, foi aprovada por unanimidade e deverá ser encaminhada para elaboração de Deliberação *Ad Referendum* dos presidentes dos Comitês PCJ. **3. Apreciação da Minuta Final do Plano (R7):**

**3.1. Programa de Efetivação do Enquadramento:** O Sr. Moretti iniciou as discussões convidando os Srs. Harold (SORIDEMA), Jorge Rocco (CIESP), Daniella Neves (Agência PCJ) e Adriana Isenburg (FABH-PCJ) a conduzirem o processo de discussão da Minuta Final do Plano das Bacias PCJ 2008 a 2020 (R7). A Sra. Daniella, Coordenadora Técnica da Agência PCJ, informou que durante as discussões foi identificada a necessidade de elaboração de Programa de Efetivação do Enquadramento, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Resolução CNRH 091/08. Ressaltou que tal atividade não fazia parte do escopo estabelecido nos Termos de Referência de contratação do Plano, uma vez que o contrato é anterior à publicação de tal norma. Destacou, ainda, que tal atividade, por ser bastante pioneira, demanda relativo esforço no desenvolvimento de uma metodologia para tanto. Informou que a Agência PCJ enviou Ofício à empresa contratada para desenvolvimento do plano, a COBRAPE, consultando-a sobre a possibilidade de desenvolvimento de tal produto sem acréscimo de custos ao contrato já em vigor. Diante do exposto, apresentou-se ofício contendo resposta da empresa COBRAPE concordando em apoiar tal atividade, levando em conta algumas premissas como redefinição do horizonte final para 2035, limites para coleta, afastamento e eficiência do tratamento e indicação de ações suplementares ao tratamento dos esgotos para se alcançar a meta final. O Sr. Paschoalotti (FIESP) questionou o prazo para finalização de tal atividade. O Sr. Francisco informou que o mesmo deveria ser negociado levando em conta a finalização do Plano em 2010. A Sra. Adriana destacou que a empresa se disponibilizou a ajudar em tal processo. O Sr. Francisco esclareceu ter conversado com o diretor da empresa e que o mesmo informou que se dispunha a prestar os serviços explicitados no Ofício, sendo que a Agência PCJ poderia auxiliar na confecção e impressão do mesmo. O Sr. Eduardo Mazollennis (CETESB) reiterou a ausência do detalhamento sobre o alcance do enquadramento proposto em 2035 neste R7, ressaltando a importância de que esse detalhamento e o consequente plano de aplicação constem do corpo do Plano das Bacias e não de um documento à parte, posição logo corroborada pelo Sr. Moretti. As propostas acima foram todas aprovadas por unanimidade. **3.2. Apresentação de considerações sobre a Minuta do Relatório Final:** A Sra. Adriana Isenburg resgatou as consultas às Câmaras Técnica que foram realizadas pelos Comitês e pela Agência PCJ em maio de 2010. Ressaltou que durante o período elaborou documento sintetizando as contribuições que surgiram durante o processo, destacando que fora desenvolvida uma ficha de consulta para todos os coordenadores das Câmaras Técnicas, para

definição de Ações de Curto Prazo. Ressaltou que o documento havia sido apresentado na 1ª Reunião Extraordinária Conjunta CT-PB/CT-PL, quando foi aberto prazo para adequações pelos Coordenadores. **3.3. Enquadramento:** O Sr. Rocco esclareceu que no início dos trabalhos se assumiu como premissa a adoção do enquadramento constante do Decreto 10.755/77, em São Paulo, nas bacias do Piracicaba e do Capivari. Assim sendo, propôs discutir as possibilidades de alteração no enquadramento mencionado diante da proposta de enquadramento escolhida com base nos cenários futuros. O Sr. Miranda (VIVERE) solicitou a adequação do enquadramento do rio Jacaréí após as seções das barragens do Cantareira (barragens Jaguari/Jacaréí) tendo em vista que estas barragens não existiam em 1977 e que o trecho do Jacaréí está classificado como Classe 1 segundo a norma vigente e não como Classe 2. Tal proposta foi acatada por unanimidade. O Sr. Jorge propôs a inclusão de tabela no R8 que demonstre os investimentos, cargas orgânicas total e cargas por usuários (públicos, industrial e agrícola), vazão (Q<sub>7,10</sub>) e as concentrações de OD e DBO por zona, que, após discussão, foi aprovada por unanimidade. O Sr. Jorge destacou a necessidade de discussão do enquadramento para o estado de Minas Gerias. A Sra. Dora (P. M. de Extrema/MG) lembrou o fato de que a região do Sul de Minas Gerais passa por um intenso processo de industrialização. Ficou estabelecido que será organizada uma reunião na região do CBH-PJ para esclarecimentos sobre a proposta do plano e do enquadramento em questão. O Sr. Tinel (ASSEMAE) sugeriu a adoção de classe 03 para o rio Capivari após a captação de Campinas. A proposta foi discutida acatada, por unanimidade. Sobre o rio Jundiáí o Sr. Jorge sugeriu a inclusão de um nó no modelo que representasse o trecho final do corpo d'água e sugeriu que tal trecho, iniciado após a foz do ribeirão Pirai, fosse classificado como classe 4. Tal proposta foi aceita por unanimidade. O Sr. Kokol referiu-se a ofício enviado à Secretaria Executiva solicitando que o ribeirão Quilombo fosse enquadrado como classe 2. O Sr. Cícero (P. M. Americana) lembrou dos problemas de saúde advindos da poluição do referido corpo d'água. O Sr. Moretti lembrou que, dada à vazão de referência adotada, seria necessário um esforço financeiro muito grande para tal modificação, como remoção de cargas difusas. Lembrou que, sendo a do Quilombo uma sub-bacia do Piracicaba, com área de drenagem relativamente pequena e altamente urbanizada, haveria necessidade de se pactuar tal pleito com os municípios a montante de Americana, nessa sub-bacia: Nova Odessa; Sumaré; Hortolândia e Campinas. O Sr. Eduardo Mazollennis (CETESB) destacou que mesmo na classe 4 existem limites a serem obedecidos. Ressaltou que há pouca disponibilidade hídrica nesse curso d'água para diluição dos efluentes, mesmo tratados, e que as simulações demonstram não se conseguir alcançar classe melhor para o quilombo. Tal fato só seria possível levando-se todo o esgoto efluente tratado para descarte direto no rio Piracicaba e que tal

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



**Ata da 2ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB – SANASA Campinas (ETA 02) – 30/06/10 - 14h30min**

fato poderia trazer forte impacto negativo ao mesmo. Diante do exposto e da análise dos cenários optou-se por manter o Ribeirão Quilombo em sua classe original. Os  
145 Senhores Cícero e Kokol, representantes do município de Americana, posicionaram-se contrários à manutenção da classe original. O Sr. Hugo questionou se o fato de o ribeirão Tatu ser classificado em classe 4 não poderia atrair novas e demasiadas cargas. O Sr. Moretti lembrou  
150 haver limites mesmo para classe 4 e que o plano irá estabelecer o limite de carga e vazões para cada zona hidrológica estudada. O Sr. Tinel questionou a qualidade do ribeirão Pinheiros e a possibilidade de se melhorar a sua classificação e o Sr. Moretti esclareceu que, assim  
155 como em outros corpos d'água das bacias, não há muita vazão de diluição em período de seca. Por unanimidade se manteve o enquadramento da proposta do plano. O Sr. Fumach (SABESP) questionou a condição do ribeirão Jacaré, em Itatiba, sugerindo inclusão de classe 3 em seu  
160 trecho final, a partir do pedágio da estrada Itatiba-Jundiá (SP 360). A sugestão de mudança foi acatada por unanimidade. **3.4. Vazão de Referência:** O Sr. Paschoalotti questionou sobre a possibilidade da realização de simulações utilizando Q<sub>95</sub> como Vazão de  
165 Referência. O Sr. Moretti destacou que já se discutiu muito e se optou por utilizar a Q<sub>7,10</sub> como vazão de referência com a finalidade maior de se minimizar riscos e possibilidades de conflito entre os usuários, no futuro. O Sr. Eduardo Mazollenis lembrou que a Resolução  
170 CNRH 091/08 determinou que compete ao comitê de bacia a definição da Vazão de Referência. Após discussões ficou estabelecido que será apresentado o resultado de simulações de enquadramento com outras vazões (Q<sub>90</sub> e Q<sub>95</sub>) na forma de anexo ao Plano. **3.5. Programa de Investimentos:** O Sr. Petrus salientou a  
175 ausência de prioridades de ações no texto do Plano e questionou se há possibilidade de inclusão de novas ações. A Sra. Adriana informou que o documento com solicitações de complementações será encaminhado à  
180 COBRAPE para inclusão no próximo relatório ou, quando necessário, justificativas para não atendimento das demandas. Destacou, entretanto, a impossibilidade de criação de novos PDCs ou ações. O Sr. Petrus sugeriu, também, a definição das principais diretrizes de  
185 atuação por município. Diante de tal pleito resolveu-se, pela proximidade, por analisar proposta encaminhada pelo Consórcio PCJ no dia anterior. O Sr. Dalto (Consórcio PCJ) destacou que enviou aos membros da CT-PB e da CT-PL proposta com sugestões para  
190 adequação do processo de distribuição de recursos financeiros das Cobranças PCJ, ressaltando a necessidade de se fazer a priorização de ações por zona

hidrológica e por município. O Sr. Moretti manifestou-se considerando que a proposta era interessante  
195 principalmente no tocante às ações de perdas e tratamento de esgoto. Destacou ser importante a criação de uma abordagem com priorização de zonas. A Sra. Eneida questionou se existe conflito entre a proposta apresentada pelo Consórcio e a proposta que consta na  
200 Minuta Final do Plano. O Sr. Moretti esclareceu que a proposta da Minuta Final pode ser adequada por zona, destacando a diferença entre prioridade, que constará no plano, e critério de distribuição de recursos. Optou-se pela inclusão da proposta do Consórcio no documento  
205 com as considerações a respeito do R7. **3.6. Encaminhamentos:** O Sr. Moretti sugeriu que os detalhes de envio do documento com as considerações a respeito do R7 à COBRAPE e acompanhamento do mesmo ocorresse sob coordenação operacional de  
210 Equipe de Acompanhamento composta por representantes da Secretaria executiva; da Coordenação da CT-PB; da Agência PCJ e da FABH-PCJ, convidando-se, ainda, representantes da CETESB e do DAEE. A proposta foi aprovada por unanimidade.  
215 Submetido à apreciação final pelos membros, o documento Minuta I do Relatório Final (R7) foi aprovado por unanimidade. Definiu-se que as contribuições serão encaminhadas à COBRAPE para atendimento no Relatório Final (R8). **4. Encerramento:**  
220 O Sr. Francisco sugeriu a definição de datas para as reuniões em Minas Gerais e com a COBRAPE. Ficou estabelecido que no dia 14 de julho será realizada reunião na COBRAPE para repasse das decisões adotadas nesta e na 1ª reunião CT-PL/CT-PB e feitos os  
225 esclarecimentos das contribuições e em 15 de julho seria realizado encontro de esclarecimento com os membros do CBH-PJ, em Extrema-MG. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

230

Luiz Roberto Moretti  
Secretário-executivo dos Comitês PCJ  
Coordenador da CT-PL

235

Harold G. Fowler  
Coordenador da CT-PB

240

Jorge Luis S. Rocco  
Coordenador-adjunto da CT-PB

Proposta Orçamentária Anual para a Entidade Equiparada da Bacia Piracicaba-Jaguari (CBH-PJ) para o ano de 2011



Nº OP	DESPESAS	2011	
		ANO	MÊS
100.1	Divulgação Institucional	0,00	0,00
100.2	Divulgação de Projetos	0,00	0,00
100.3	Faixas/Banners/Outros	0,00	0,00
100.4	Material Gráfico/Impresso (Adm)	0,00	0,00
110.1	Bens Valores Irrelevantes	0,00	0,00
110.2	Imobilizado	0,00	0,00
120.1	Treinamento/Aperfeiçoamento Técnico	0,00	0,00
120.2	Cursos/ Seminários / Congressos	0,00	0,00
120.3	Entidades Associativas Técnicas	0,00	0,00
20.1	Salários	0,00	0,00
20.10	Assistência Médica	0,00	0,00
20.11	Contribuição Sindical	0,00	0,00
20.12	Seguro de Vida em Grupo	0,00	0,00
20.13	Rescisões (provisão)	0,00	0,00
20.14	PIS Pessoal	0,00	0,00
20.2	Previdência Social – pessoal	0,00	0,00
20.3	13º Salário	0,00	0,00
20.4	FGTS	0,00	0,00
20.5	Férias	0,00	0,00
20.7	Imposto de Renda – Pessoal	0,00	0,00
20.8	Mensalidade Associativa (Sindicato)	0,00	0,00
20.9	Cesta Básica	0,00	0,00
30.10	PIS/COFINS/CLSS – Terceiros	0,00	0,00
30.11	ISS- Imposto sobre Serviços	0,00	0,00
30.12	Manutenção Sistema Financeiro	0,00	0,00
30.13	Contratos de Consultoria técnica	0,00	0,00
30.14	Previdência Social Terceiros	0,00	0,00
30.15	Imposto de Renda Terceiros	0,00	0,00
30.17	Cooperação Técnica	0,00	0,00
30.3	Serviços Contábeis	0,00	0,00
30.4	Consultoria Jurídica	0,00	0,00
30.5	Serviço de Auditoria Independente	0,00	0,00
30.6	Bolsa Estágio	0,00	0,00
30.7	Contrato de Limpeza	0,00	0,00
40.1	Combustível	0,00	0,00

40.10	Seguros	0,00	0,00
40.11	IPVA	0,00	0,00
40.12	Apoio aos Comitês PCJ	3.500,00	291,67
40.2	Locação de Veículos	0,00	0,00
40.3	Passagem Aérea/Estadia	0,00	0,00
40.4	Adiantamento de despesa de Viagem	0,00	0,00
40.5	Ressarcimento de despesa de Viagem	0,00	0,00
40.6	Despesas de Viagem diversas	0,00	0,00
40.8	Documentação de Veículos	0,00	0,00
40.9	Manutenção Mecânica/Funil/Pintura	0,00	0,00
50.1	CPMF -custeio	0,00	0,00
50.7	Despesas Bancárias	0,00	0,00
70.1	Telefone/Internet	0,00	0,00
70.2	Correio	0,00	0,00
70.3	Manutenção de Informática	0,00	0,00
70.4	Material de Consumo de Informática	1.000,00	83,33
80.1	Eventos/reuniões	0,00	0,00
80.10	Material Fotográfico	0,00	0,00
80.11	Despesas com Cartório	0,00	0,00
80.13	Serviços de Moto Boy	0,00	0,00
80.14	Caixa Administrativo	0,00	0,00
80.16	Despesas Administrativas	0,00	0,00
80.18	Seguro de Bens	0,00	0,00
80.2	Aluguel/Taxas/Condomínio	0,00	0,00
80.3	Manutenção Equip. Hidr. Elétrico	0,00	0,00
80.4	Energia Elétrica	0,00	0,00
80.5	Copa/Cozinha e Limpeza	0,00	0,00
80.6	Material Escritório	1.500,00	125,00
80.7	Consumo Copiadora	0,00	0,00
80.8	Cópias/Encadernações	0,00	0,00
90.1	Publicações no DOU	0,00	0,00
90.2	Publicações em Jornais	0,00	0,00
90.3	Publicações no DOE	0,00	0,00
90.4	Assinatura/Compra Jornal/Revista	0,00	0,00
	<b>Total despesas</b>	<b>6.000,00</b>	<b>500,00</b>



## RESUMO DO ORÇAMENTO ANUAL 2011 - COBRANÇA MINEIRA - PJ

<b>DESPESAS</b>	<b>2011</b>	<b>%CUSTEIO</b>	<b>% TOTAL</b>
Despesas com pessoal	0,00	0,00	0,00
Prestação Serv. Terceiros	0,00	0,00	0,00
Despesas viagem	3.500,00	58,33	4,38
Despesas Bancárias	0,00	0,00	0,00
Comunicação	0,00	0,00	0,00
material de Consumo	2.500,00	41,67	3,13
Imobilizado	0,00	0,00	0,00
Cursos / Seminários	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Despesas de Custeio</b>	<b>6.000,00</b>	100	7,5
<b>Agente Técnico e Financeiro (2,5%)</b>	<b>2.000,00</b>		
<b>Total para aplicação em Projetos</b>	<b>72.000,00</b>		
<b>Total</b>	<b>80.000,00</b>		

<b>RECEITAS 2011</b>		
<b>TOTAL</b>	80.000,00	
<b>CUSTEIO ADM</b>		6.000,00
<b>Saldo 2010</b>		0,00
<b>Rendimentos</b>		0,00
<b>TOTAL</b>	<b>80.000,00</b>	<b>6.000,00</b>